



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Comissão de Auditoria Independente



BR-L1511

RELATÓRIO DE AUDITORIA INDEPENDENTE 2021

Demonstrações Financeiras Auditadas



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
Sobre as Demonstrações Financeiras Básicas do Projeto

Contrato de Empréstimo n. 4597/OC-BR (BR-L1511)
Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado de Mato Grosso do Sul – PROFISCO II – MS
Entidade Auditada: Estado de Mato Grosso do Sul
Órgão Executor: Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso do Sul
Período auditado: 01/07/2019 a 31/12/2020



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Comissão de Auditoria Independente

Auditor Independente

Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul – TCE/MS
Av. Des. José Nunes da Cunha, Bloco 29 – Parque dos Poderes
Campo Grande/MS - CEP 79031-902

Corpo Deliberativo

Conselheiro Iran Coelho das Neves – Presidente
Conselheiro Jerson Domingos – Vice-Presidente
Conselheiro Ronaldo Chadid – Corregedor-Geral
Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo – Ouvidor
Conselheiro Waldir Neves Barbosa – Diretor da Escola Superior de Controle Externo
Conselheiro Flávio Esgaib Kayatt
Conselheiro Márcio Campos Monteiro

Auditoria

Auditora Patrícia Sarmiento dos Santos – Coordenadora da Auditoria
Auditor Célio Lima de Oliveira – Subcoordenador da Auditoria
Auditor Leandro Lobo Ribeiro Pimentel

Ministério Público de Contas

José Aêdo Camilo – Procurador-Geral de Contas
João Antônio de Oliveira Martins Júnior – Procurador-Geral-Adjunto de Contas

Secretaria de Controle Externo

Eduardo dos Santos Dionízio – Diretor da Secretaria de Controle Externo

Comissão de Auditoria Independente – CAIN

Sandelmo Albuquerque – Coordenador da Comissão
Henri Philippe Rocha Forti – Membro da Comissão
Luísa Meinberg Cheade – Membro da Comissão
José Ricardo Paniagua Justino – Membro da Comissão

Período de Realização

Abril de 2021



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Comissão de Auditoria Independente

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAIN	Comissão de Auditoria Independente
IFAC	<i>International Federation of Accountants</i> (Federação Internacional de Contadores)
INTOSAI	<i>International Organization of Supreme Audit Institutions</i> (Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores)
ISA	<i>International Standard on Auditing</i> (Norma Internacional de Auditoria)
ISSAI	<i>International Standards of Supreme Audit Institutions</i> (Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores)
MS	Mato Grosso do Sul
SEFAZ/MS	Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso do Sul
TCE/MS	Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
UCP	Unidade Coordenadora do Projeto



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Comissão de Auditoria Independente

SUMÁRIO

1 IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO	5
2 RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS BÁSICAS DO PROJETO	5
2.1 Opinião sem Ressalva	5
2.2 Base para Opinião	6
2.3 Parágrafo(s) de Ênfase(s) e Outros Assuntos:.....	6
2.3.1 Ênfase(s).....	6
2.4 Responsabilidade da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras	6
2.5 Responsabilidades dos Auditores pela Auditoria das Demonstrações Financeiras	7
2.6 Relatório Sobre Outros Requisitos Legais e/ou Regulatórios	8
ANEXO ÚNICO – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS	9
TERMO DE ENCERRAMENTO	25



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Comissão de Auditoria Independente

Ao Senhor Reinaldo Azambuja Silva
Governador do Estado de Mato Grosso do Sul

1 IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado de Mato Grosso do Sul - PROFISCO II – MS, oriundo do Contrato de Empréstimo n. 4597/OC-BR (BR-L1511).

Mutuário: Estado de Mato Grosso do Sul.

Fiador: República Federativa do Brasil.

Órgão Executor: Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio de sua Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ/MS, com apoio da Unidade de Coordenação do Projeto – UCP.

Responsável pelo Mutuário e Órgão Executor: Reinaldo Azambuja Silva – Governador do Estado de Mato Grosso do Sul.

Responsável pela SEFAZ/MS: Felipe Mattos de Lima Ribeiro – Secretário de Estado de Fazenda.

Responsável pela UCP: Tadeu de Souza Lourenço Ferreira – Coordenador Geral.

2 RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS BÁSICAS DO PROJETO

2.1 Opinião sem Ressalva

Examinamos as Demonstrações Financeiras, anexas, da Secretaria do Estado de Fazenda de Mato Grosso do Sul – SEFAZ/MS, que compreendem a Demonstração de Fluxos de Caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2020 e a Demonstração de Investimentos Acumulados para o exercício findo nessa data, ambas apresentadas em dólar (US\$), bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis, correspondentes ao Projeto de Modernização da Gestão Fiscal de Mato Grosso do Sul – PROFISCO II – MS, financiado com recursos do Contrato de Empréstimo n. 4597/OC-BR do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e com aportes do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, em atendimento ao disposto na Cláusula 5.02, das Disposições Especiais, do referido Contrato de Empréstimo.

Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras acima referidas apresentam razoavelmente, em todos os aspectos relevantes, os recebimentos e os pagamentos do Projeto em 31 de dezembro de 2020, em conformidade com o critério contábil de caixa descrito na Nota Explicativa n. 2.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Comissão de Auditoria Independente

2.2 Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com os procedimentos estabelecidos nas Normas de Auditoria Governamental e Manuais de Auditoria do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, que estão baseados nas Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores – ISSAI, por sua sigla em inglês, desenvolvidas pela Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores – INTOSAI, que são convergentes – com as adequações de concordância – com as Normas Internacionais de Auditoria – ISA, por sua sigla em inglês, emitidas pela Federação Internacional de Contadores IFAC, e requerimentos específicos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Projeto, de acordo com os princípios éticos relevantes para nossa auditoria de demonstrações financeiras previstos no Código de Ética deste Tribunal de Contas e da INTOSAI, e cumprimos com as demais responsabilidades de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

2.3 Parágrafo(s) de Ênfase(s) e Outros Assuntos:

Sem modificar a nossa opinião, chamamos atenção para o(s) seguinte(s):

2.3.1 Ênfase(s)

(i) Bases contábeis: A Nota Explicativa n. 2 às Demonstrações Financeiras descreve a base de elaboração e apresentação dessas demonstrações financeiras básicas, elaboradas para auxiliar o Projeto de Modernização da Gestão Fiscal de Mato Grosso do Sul, a demonstrar o cumprimento da Cláusula 5.02, das Disposições Especiais do Contrato de Empréstimo n. 4597/OC-BR. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas para fornecer informações para o Estado de Mato Grosso do Sul e ao BID. Consequentemente, as demonstrações financeiras podem não servir para outras finalidades.

(ii) Recursos pendentes de justificativa: Chamamos a atenção para a Nota Explicativa n. 4 às Demonstrações Financeiras, em relação aos recursos utilizados, encontram-se pendentes de justificativas junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID em 31/12/2020 a quantia de US\$ 43.414,85 (quarenta e três mil, quatrocentos e quatorze dólares e oitenta e cinco centavos de dólar). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

2.4 Responsabilidade da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras

A administração do Projeto de Modernização da Gestão Fiscal de Mato Grosso do Sul – PROFISCO II – MS é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com o critério contábil de caixa descrito na Nota Explicativa n. 2, o qual inclui determinar que o critério de caixa constitui uma base contábil aceitável para a preparação das demonstrações financeiras nas circunstâncias e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Comissão de Auditoria Independente

livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. A base contábil de fundos reconhece as transações e os fatos somente quando os recursos (incluindo o equivalente aos fundos) são recebidos ou pagos pelo Projeto e não quando resultam, auferem ou se originam de direitos ou obrigações, ainda que não se tenha produzido uma movimentação de fundos (caixa).

Os responsáveis pela governança do Projeto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das suas demonstrações financeiras do Projeto.

2.5 Responsabilidades dos Auditores pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações Financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com o Normas de Auditoria Governamental e Manuais de Auditoria do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, que estão baseados nas Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores – ISSAI, desenvolvidas pela Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores – INTOSAI, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

(i) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

(ii) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Secretaria de Fazenda de Estado de Mato Grosso do Sul – SEFAZ/MS;

(iii) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

(iv) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e eventos subjacentes de forma a alcançar a apresentação adequada; e



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Comissão de Auditoria Independente

(v) Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

2.6 Relatório Sobre Outros Requisitos Legais e/ou Regulatórios

Não foram observadas situações que indiquem descumprimento das cláusulas financeiras do Contrato de Empréstimo n. 4597/OC-BR do Banco Interamericano de Desenvolvimento e de outros requisitos legais e/ou regulatórios durante o período submetido à nossa auditoria, exceto os casos relatados no título “Achados de Auditoria” do Relatório dos Auditores Independentes Sobre o Sistema de Controle Interno Associado à Auditoria das Demonstrações Financeiras.

Campo Grande/MS, 20 de abril de 2021.

SANDELMO ALBUQUERQUE

Auditor Estadual de Controle Externo
Coordenador da Comissão de Auditoria Independente
CAIN TCE/MS

HENRI PHILIPPE ROCHA FORTI

Auditor Estadual de Controle Externo
Membro da Comissão de Auditoria Independente
CAIN TCE/MS

LUISA MEINBERG CHEADE

Auditora Estadual de Controle Externo
Membro da Comissão de Auditoria Independente
CAIN TCE/MS

JOSÉ RICARDO PANIAGUA JUSTINO

Auditor Estadual de Controle Externo
Membro da Comissão de Auditoria Independente
CAIN TCE/MS



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Comissão de Auditoria Independente

ANEXO ÚNICO – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS

Fonte: Mutuário. Disponibilizado à CAIN em 02/02/2021.



NOME DO EXECUTOR: Secretaria de Estado de Fazenda do Estado de Mato Grosso do Sul

PROGRAMA: PROFISCO II-MS - Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado de Mato Grosso do Sul

CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 4597/OC-BR

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Valores Expressos em Dólares Americanos (US\$)

	BID	CONTRAPARTIDA	TOTAL
RECURSOS RECEBIDOS			
Acumulado no início do período	-	-	-
Durante o período	3.591.090,68	1.043.171,82	4.634.262,50
. Desembolsos (Adiantamento de Recursos)	3.591.090,68	1.013.418,03	4.604.508,71
. Rendimentos de Aplicação Financeira	-	29.753,79	29.753,79
. Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	-
. Outros (detalhar)	-	-	-
Total de Recursos Recebidos	3.591.090,68	1.043.171,82	4.634.262,50
DESEMBOLSOS EFETUADOS			
Acumulado no início do período	-	-	-
Durante o período	2.164.757,52	1.013.418,03	3.178.175,55
. Solicitação/Justificativa de desembolso apresentada ao BID	2.121.342,67	1.013.418,03	3.134.760,70
. Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	-
. Pagtos por Bens e Serviços Pendentes de justificativa	43.414,85	-	43.414,85
. Outros (detalhar)	-	-	-
Total Desembolsado	2.164.757,52	1.013.418,03	3.178.175,55
SALDO DISPONÍVEL AO FINAL DO PERÍODO	1.426.333,16	29.753,79	1.456.086,95

As notas anexas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras

[1] Quando se utiliza a contabilidade com base em regime de competência deverão ser realizados os ajustes correspondentes à nomenclatura dos conceitos utilizados nesta Demonstração

[2] No primeiro período não haverá demonstração comparativa.

Campo Grande/MS, 02 de fevereiro de 2021.

Maryza Ramirez da Costa D. Sá
Coordenadora Administrativo-Financeiro

Tadeu de Souza Lourenço Ferreira
Coordenador do PROFISCO II-MS

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS ACUMULADOS
(Expresso em US\$ dólares)

Categorias de Investimento		Orçamento Vigente			Acumulado do Exercício 2019			Movimento do Exercício 2020			Acumulado do Exercício 2020			Orçamento a Realizar		
		TOTAL PROJETO	BID	LOCAL	TOTAL PROJETO	BID	LOCAL	TOTAL PROJETO	BID	LOCAL	TOTAL PROJETO	BID	LOCAL	TOTAL PROJETO	BID	LOCAL
I	Custos Diretos	50.105.700,00	44.805.700,00	5.300.000,00	-	-	-	3.178.175,55	2.164.757,52	1.013.418,03	3.178.175,55	2.164.757,52	1.013.418,03	46.927.524,45	42.640.942,48	4.286.581,97
1	Gestão Fazendária e Transparência Fiscal	26.475.200,00	23.100.000,00	3.375.200,00	0,00	0,00	0,00	3.178.175,55	2.164.757,52	1.013.418,03	3.178.175,55	2.164.757,52	1.013.418,03	23.297.024,45	20.935.242,48	2.361.781,97
2	Administração Tributária e Contencioso Fiscal	15.206.000,00	15.206.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-	15.206.000,00	15.206.000,00	-
3	Administração Financeira e Gasto Público	8.424.500,00	6.499.700,00	1.924.800,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-	8.424.500,00	6.499.700,00	1.924.800,00
II	Gestão do Projeto	1.128.800,00	1.128.800,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.128.800,00	1.128.800,00	-
4	Gestão do Projeto	-	1.128.800,00	-	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-	-	1.128.800,00	-
III	Imprevistos	1.765.500,00	1.765.500,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.765.500,00	1.765.500,00	-
5	Imprevistos	-	1.765.500,00	-	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-	-	1.765.500,00	-
SUBTOTAL		53.000.000,00	47.700.000,00	5.300.000,00	-	-	-	3.178.175,55	2.164.757,52	1.013.418,03	3.178.175,55	2.164.757,52	1.013.418,03	49.821.824,45	45.535.242,48	4.286.581,97

[1] As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

[2] A descrição desta demonstração financeira deve corresponder, no mínimo, aos componentes e subcomponentes apresentados no Anexo A do contrato de empréstimo.

Campo Grande/MS, 02 de fevereiro de 2021.


Maryuza R. da Costa D. Sá
Coordenadora Administrativo-Financeiro


Tadeu de Souza Lourenço Ferreira
Coordenador do PROFISCO II-MS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PROFISCO II-MS

1. Descrição do PROFISCO II-MS

O objetivo geral do projeto é contribuir para a sustentabilidade fiscal através da modernização da gestão fazendária, da melhoria da administração tributária e da melhoria da gestão do gasto público do Estado de Mato Grosso do Sul por meio da melhoria dos serviços prestados aos cidadãos e aos contribuintes, do incremento da receita própria e da simplificação das obrigações e do aumento da qualidade dos gastos públicos.

O projeto foi orçado em US\$ 53.000 mil, sendo US\$ 47.700 mil financiados com recursos do BID e, US\$ 5.300 mil provenientes de recursos do próprio Estado. Seguindo os parâmetros estabelecidos pela própria linha de crédito, os investimentos foram distribuídos em “Administração do Projeto”, que responde por 2,13% dos recursos a serem empregados, “Imprevistos” que responde por 3,33% e “Custos Diretos”, 94,54% do total. Os “Custos Diretos” foram divididos em três componentes, conforme observado no quadro a seguir.

O Projeto está estruturado em 3 (três) componentes e respectivos produtos:

Componente I. Gestão fazendária e transparência fiscal

Este componente tem como objetivo fortalecer os instrumentos de gestão, modernizar a infraestrutura tecnológica e melhorar a relação fisco-contribuintes, e financiará:

- a) **Implantação do modelo de governança pública fazendária**, mediante: (i) atualização do plano estratégico de governo, incluindo painel de indicadores institucionais; (ii) implantação de uma metodologia de gerenciamento de processos e projetos, incluindo a gestão de riscos, alinhada às diretrizes de governo; (iii) redesenho e automação dos processos de gestão estratégica com integração dos sistemas corporativos; (iv) implantação do plano de comunicação interna; e (v) readequação física do ambiente de trabalho da Secretaria de Estado de Fazenda do Estado de Mato Grosso do Sul (SEFAZ/MS).



- b) **Implantação do modelo de controladoria do Estado**, através de: (i) desenho do modelo operacional da correição, auditoria e ouvidoria pública baseada em desempenho, qualidade e análise de risco; (ii) implantação e automação dos processos internos da Controladoria, integrados ao sistema de gestão estratégica do Estado; (iii) metodologia para o tratamento de dados relacionados aos gastos públicos para ampliar as ações de prevenção e combate à corrupção; e (iv) plano de capacitação da Controladoria Geral do Estado de Mato Grosso do Sul (CGE/MS).
- c) **Implantação do modelo de gestão estratégica de pessoas baseada em competências**, mediante os subprodutos: (i) plano de capacitação baseado em competências, contendo: (a) definição da metodologia de gestão por competências alinhada aos objetivos estratégicos da SEFAZ/MS; (b) mapeamento das competências individuais e análise de perfil da função, do *gap* de competências e do dimensionamento da força de trabalho; (c) Plano de Desenvolvimento Individual, com critérios para o reconhecimento do desempenho; (d) implantação de plano de capacitação anual; e (e) readequação física de espaço multimeios; e (ii) ferramentas de gestão do conhecimento, com: (a) definição de metodologia de gestão do conhecimento; e (b) implantação de ferramentas de conhecimento (biblioteca, acervo histórico, banco de ideias e de talentos).
- d) **Implantação do sistema de gestão da folha de pagamentos**, através da: (i) definição de modelo de gestão da folha de pagamentos incluindo rotinas de auditoria eletrônica; e (ii) adequação e integração do sistema de folha de pagamentos com sistemas corporativos do Estado de planejamento, finanças e concessão de benefícios, gerando informações ao e-Social e para o ciclo de gestão de desempenho de funcionários do Estado.
- e) **Implantação do modelo de gestão e operação de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)**, por meio de dois subprodutos: (i) planos de gestão e segurança de TIC, com: (a) a elaboração de plano diretor de TIC e de segurança da informação; (b) mapeamento, documentação dos processos internos de gestão e segurança de TIC e elaboração do catálogo de serviços; e (c) atualização do sistema de gestão e monitoramento das demandas de TIC (*service desk*); e (ii) plataformas de TIC, com a: (a) ampliação da capacidade de processamento, armazenamento e transferência de dados do *data center*; (b) atualização do parque de microinformática; (c) expansão e melhoria da segurança e desempenho das redes de dados locais, remotas e da área metropolitana;



(d) implantação de plataforma unificada para gestão de identidade, integração de sistemas e gerenciamento de integrações e solução de processo eletrônico; (e) implantação de plataforma de contingência de dados; (f) instalação de ferramentas de gerenciamento e monitoramento de operações em rede; (g) implementação de novas soluções de TIC com uso de inteligência artificial; e (h) implantação de ferramentas para grandes volumes de dados (*big data*).

- f) **Implantação de plataforma web de transparência e cidadania fiscal**, com dois subprodutos: (i) planos de educação fiscal, com a: (a) avaliação das ações de educação fiscal; e (b) implantação de plano de educação fiscal com uso de novas tecnologias; e (ii) ferramentas de comunicação com os cidadãos, mediante a: (a) atualização do sistema de informação ao cidadão; e (b) implantação de portal de transparência via *web* e aplicativo multifuncional.

Componente II. Administração tributária e contencioso fiscal

Este componente tem como objetivo aumentar as receitas próprias e simplificar o cumprimento das obrigações tributárias dos contribuintes, e financiará:

- a) **Implantação do sistema de gestão de benefícios fiscais**, mediante o: (i) mapeamento do processo de concessão e controle de benefícios fiscais; (ii) definição de metodologia de gestão de benefícios fiscais; (iii) definição de metodologia de análise do benefício fiscal e seu impacto econômico; (iv) implantação de sistema de gestão de benefícios fiscais com relatórios gerenciais; e (v) implantação de agência virtual de desenvolvimento para interação do governo e setor privado.
- b) **Implantação de sistemas de obrigações tributárias simplificadas (produtos obrigatórios)**, mediante: (i) cadastro único, contemplando: (a) adequação e atualização do cadastro de contribuintes dos órgãos do Estado às necessidades dos vários sistemas usuários; (b) adaptação do sistema de cadastro para concessões imediatas de inscrição estadual, ou negativa imediata justificada; e (c) solução tecnológica para baixa automática de inscrição estadual simultânea à extinção na Junta Comercial; (ii) consolidação de obrigações acessórias do SPED/EFD, contemplando: módulos de análise dos dados da Guia de Informação e Apuração - Substituição Tributária e Guia de Informação e Apuração – Benefício Fiscal na EFD provenientes do ICMS; e (iii) integração ao portal único do

comércio exterior, contemplando a implantação de sistema de controle de exportação e importação, integrada ao portal único de comércio exterior.

- c) **Implantação de sistemas de fiscalização e de inteligência fiscal.** Isto inclui: (i) sistema de gestão da fiscalização, contendo: (a) mapeamento e redesenho dos processos de planejamento, execução e controle da fiscalização; e (b) desenvolvimento do sistema de gestão integrada da fiscalização, utilizando mecanismos de inteligência artificial e aprendizagem automatizado; (ii) sistema de fiscalização de mercadorias em trânsito baseada em análise de risco, por meio de: (a) implantação de um sistema central da fiscalização virtual de trânsito; (b) desenvolvimento de metodologia de fiscalização baseada em análise de risco; e (c) adequação da infraestrutura tecnológica e física das unidades de fiscalização; e (iii) sistema de inteligência fiscal, contemplando: (a) mapeamento e redesenho de processos; (b) implantação de sistema de monitoramento e controle de operações; e (c) implantação de módulo para compartilhar informações econômico-fiscais com órgãos externos.
- d) **Implantação do sistema de gestão do contencioso fiscal,** mediante: (i) mapeamento e redesenho dos processos na SEFAZ/MS e na Procuradoria Geral do Estado de Mato Grosso do Sul (PGE/MS); e (ii) solução de automação do processo do contencioso fiscal, integrado aos sistemas corporativos e disponível para consulta dos autos dos contribuintes e com armazenamento eletrônico dos processos já existentes.
- e) **Implantação do modelo de atenção integral ao contribuinte,** por meio de: (i) mapeamento e padronização dos procedimentos de atenção; (ii) implantação de serviços virtuais de auto atenção; (iii) implantação de sistema de gestão e monitoramento dos processos de atenção ao contribuinte (serviços *web*, presencial e por telefone), com avaliação contínua; e (iv) sistema automatizado de gestão da legislação e ferramenta inteligente de busca.
- f) **Implantação do modelo de cobrança e arrecadação,** através de: (i) mapeamento e redesenho dos processos de cobrança e arrecadação do crédito tributário, de restituição de pagamento tributário e da dívida ativa; (ii) implantação do sistema de arrecadação com emissão de relatórios gerenciais; (iii) implantação de um sistema de restituição de pagamentos tributários; (iv) implantação de sistema de gestão da cobrança do crédito

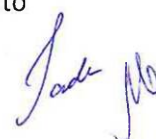


tributário disponível ao contribuinte; e (v) implantação de sistema de gestão da dívida ativa.

Componente III. Administração financeira e gasto público

Este componente está orientado a aumentar a eficiência do planejamento e da execução financeira e da qualidade dos gastos, e financiará os seguintes produtos:

- a) **Implantação do sistema de planejamento e gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial.** Isto inclui: (i) definição de metodologia para o processo estratégico de projeção, priorização e alocação de recursos de médio prazo; (ii) elaboração de manuais dos procedimentos de planejamento, orçamento, finanças, contabilidade e patrimônio, em atenção às normas contábeis aplicadas ao setor público; (iii) definição de metodologia para a gestão da dívida, incluída a análise de riscos fiscais; e (iv) implantação de sistema integrado com módulos de: planejamento; execução orçamentária, contábil, financeira e patrimonial, com a conformidade contábil e prestação de contas eletrônicas; gestão financeira, com fluxo de caixa, controle de saldos, conciliações bancárias, projeção e monitoramento de transferências governamentais, controle de contas por pagar; gestão da dívida pública; e gestão do patrimônio.
- b) **Implantação do sistema de gestão de compras e convênios,** mediante: (i) avaliação dos procedimentos do macroprocesso de compras e consolidação dos processos (documentos padronizados, compras setoriais); (ii) definição de metodologia para a gestão e fiscalização de contratos e de convênios, integrada aos sistemas corporativos; e (iii) plano de formação de gestores de compras.
- c) **Implantação do sistema de gestão previdenciária,** através de: (i) desenvolvimento de base única de informações previdenciárias; (ii) sistema integrado de gestão previdenciária, com os seguintes módulos: administrativo e contábil-financeiro, concessão de benefícios, folha de pagamentos a aposentados e pensionistas, carteira de investimentos, atendimento e ouvidoria; (iii) desenvolvimento de plataforma de inteligência; (iv) censo previdenciário e revisão cadastral; e (v) treinamento em temas da gestão previdenciária.
- d) **Implantação de modelo de gestão dos gastos públicos,** mediante: (i) metodologia de pré-investimento, contendo: (a) definição de modelo de gestão do ciclo de investimento



público; (b) implantação da fase de pré-investimento, incluindo procedimento, estudos setoriais, ferramentas de apoio e indicadores; (c) revisão do marco legal de investimento com parcerias público-privadas; e (d) implantação de portal de investimentos; e (ii) metodologia de gestão de custos públicos, com a: (a) definição de modelo conceitual; (b) implantação de sistema de informação de custos; e (c) aplicação de metodologia de apuração de custos para um setor.

QUADRO RESUMO DOS INVESTIMENTOS POR COMPONENTES
(Valores em US\$)

CATEGORIAS DE INVESTIMENTOS	BANCO	LOCAL	TOTAL	%
A – Custos Diretos	44.805.700	5.300.000	50.105.700	94,54
Componente I. Gestão Fazendária e Transparência Fiscal	23.100.000	3.375.200	26.475.200	49,95
Componente II. Administração Tributária e Contencioso Fiscal	15.206.000	-	15.206.000	28,69
Componente III. Administração Financeira e Gasto Público	6.499.700	1.924.800	8.424.500	15,90
B – Gestão do Projeto	1.128.800	-	1.128.800	2,13
1. Monitoramento	878.800	-	878.800	1,66
2. Avaliação	250.000	-	250.000	0,47
C – Imprevistos	1.765.500	-	1.765.500	3,33
TOTAL	47.700.000	5.300.000	53.000.000	100,00
%	90	10	100	

1.1. Composição da UCP

Após alterações, segue a atual composição da UCP, conforme a Resolução/Sefaz nº 3.036/2019:

Tadeu de Souza Lourenço Ferreira	Coordenador Geral
Fábio José Figueiredo de Albuquerque	Coordenador Técnico
Maryuza Ramirez da Costa Dorbação Sá	Coordenadora Administrativa-Financeira
Rogério Paiva Colman	Coordenador de Planejamento e Monitoramento
Ana Paula Medeiros Rodrigues	Assessora de Tecnologia da Informação
Maluceli Bitencourt Machado Guenka	Assessora de Aquisições
Pedro Henrique da Silva Mello	Assessor Jurídico



2. Principais Políticas Contábeis

▪ Base de Contabilidade Caixa

As demonstrações financeiras foram elaboradas sobre a base contábil de caixa, registrando-se as receitas quando do recebimento dos recursos e reconhecendo-se as despesas quando estas efetivamente representam despesas pagas. Esta prática contábil difere das NICSP, segundo as quais as transações devem ser registradas na medida em que incorrerem, e não quando de seu pagamento. No entanto, as NICSP foram aplicadas para essas circunstâncias, conforme previsto no capítulo “IPSAS base de caixa – Relatórios Financeiros com base na contabilidade de caixa”.

▪ Unidade Monetária

Os registros do projeto são feitos em moeda local e em dólares dos Estados Unidos. Para o cálculo da equivalência em dólares dos Estados Unidos da América, do recurso recebido em moeda nacional na conta de **Agência 2576-3, Conta: 119092-X**, cujo nome é **MS FUNFAZ PROFISCO BID**, utiliza-se a taxa de câmbio de compra fixada pelo Banco Central do Brasil, conforme explicitado no Contrato de Empréstimo.

3. Fundos Disponíveis

Os fundos disponíveis em 31 de dezembro de 2020 estavam depositados na conta bancária do Projeto e incluem as receitas geradas por rendimentos de aplicações financeiras.

	Em R\$
AG. 2576-3 - CONTA 119092-X	2020
Saldo Atual em 31/12/2020	7.409.142,77
Rendimentos Acumulados até 31/12/2020	154.603,65
Total Disponível em 31/12/2020	7.254.539,12

No exercício de **2020** foram registradas receitas provenientes de rendimentos no total de **R\$ 154.603,65**, convertidos na taxa de R\$ 5,1961 (31/12/2020) perfazendo o montante de **US\$**



29.753,79. Montante este, que será aplicado até o final da vigência do Contrato nº 4597 OC/BR, em despesas elegíveis ao Projeto, previamente autorizadas pelo BID.

4. Adiantamentos Pendentes de Justificação

Em **31 de dezembro de 2020**, o saldo de despesas pendentes de justificação ao BID foi de **US\$ 43.414,85** e está representado abaixo:

Nº	NOME/PROCESSO	PRISM	OB/NF	PAÍS	DT.PAGTO	VALOR R\$	TAXA DE CâMBIO	VALOR US\$
1	AMANA-KEY DESENVOLVIMENTO E EDUCACAO LTDA - 11/013898/2020		2020OB00929 - IRRF NF 9170	Brasil	08/12/2020	637,50	5,0705	125,73
2	AMANA-KEY DESENVOLVIMENTO E EDUCACAO LTDA - 11/013898/2020		2020OB00928 - NF 9170	Brasil	08/12/2020	41.862,50	5,0705	8.256,09
3	INTEGRAÇÃO ESCOLA DE NEGÓCIOS LTDA - 11/013316/2020		2020OB00974 - IRRF NF 15699	Brasil	23/12/2020	68,40	5,0705	13,49
4	INTEGRAÇÃO ESCOLA DE NEGÓCIOS LTDA - 11/013316/2020		2020OB00973 - NF 15699	Brasil	23/12/2020	4.491,60	5,0705	885,83
5	INOVECAPACITAÇÃO CONSULT. E TREINAMENTOS LTDA - 11/014141/2020		2020OB00931 - NF 961	Brasil	10/12/2020	8.000,00	5,0705	1.577,75
6	GARTNER DO BRASIL SERVICOS DE PESQUISAS LTDA - 11/006812/2020	BR12118	2020OB00972 - IRRF NF 32979	Brasil	23/12/2020	825,37	5,0705	162,78
7	GARTNER DO BRASIL SERVICOS DE PESQUISAS LTDA - 11/006812/2020	BR12118	2020OB00976 - NF 32980	Brasil	23/12/2020	54.199,63	5,0705	10.689,21
8	GARTNER DO BRASIL SERVICOS DE PESQUISAS LTDA - 11/006812/2020	BR12118	2020OB00975 - NF 32979	Brasil	23/12/2020	54.199,63	5,0705	10.689,21
9	GARTNER DO BRASIL SERVICOS DE PESQUISAS LTDA - 11/006812/2020	BR12118	2020OB00977 - NF 32977	Brasil	23/12/2020	54.199,63	5,0705	10.689,21
10	GARTNER DO BRASIL SERVICOS DE PESQUISAS LTDA - 11/006812/2020	BR12118	2020OB00978 - IRRF NF 32980	Brasil	23/12/2020	825,37	5,0705	162,78
11	GARTNER DO BRASIL SERVICOS DE PESQUISAS LTDA - 11/006812/2020	BR12118	2020OB00979 - IRRF NF 32977	Brasil	23/12/2020	825,37	5,0705	162,78
TOTAL DE FUNDOS UTILIZADOS PENDENTES DE JUSTIFICATIVA						220.135,00		43.414,85



5. Adiantamentos e Justificativas

	US\$
Saldo de adiantamentos no início do exercício	0,00
(-) Adiantamentos legalizados durante o exercício	0,00
(+) Adiantamentos recebidos durante o exercício	3.591.090,68
Solicitação de Desembolso nº 1	2.576.687,00
Solicitação de Desembolso nº 3	1.014.403,68
(-) Justificativas durante o exercício	(2.121.342,67)
Solicitação de Desembolso nº 2	(2.121.342,67)
(=) OPS1	1.469.748,01
(-) Fundos utilizados pendentes de justificativa durante o exercício	(43.414,85)
(=) Saldo de adiantamentos no encerramento do exercício	1.426.333,16

No Contrato de Empréstimo nº 4597/OC-BR estabeleceu-se que o Órgão Executor pode solicitar desembolsos sob o método de Adiantamento de Fundos, o qual constitui no montante de recursos adiantados pelo Banco, a débito do Empréstimo, para atender às previsões periódicas de Despesas Elegíveis, de acordo com o disposto no Artigo 4.07 destas Normas Gerais.

6. Contrapartida Local

O governo do estado de Mato Grosso do Sul assumiu o compromisso de contribuir com a importância de **US\$ 5.300.000,00**, como contrapartida local, conforme o Artigo 6.02 das Normas Gerais e Cláusula 4.01 das Disposições Especiais. Em 31 de dezembro de 2020, o Estado contribuiu com a importância de **US\$ 1.013.418,03**, equivalente a **19,12%** do montante comprometido.

7. Despesas de Períodos Anteriores

Não ocorreram ajustes de períodos anteriores, porém há despesas que foram submetidas pelo Executor (Ofício n. 40/Conemae/Sefaz/2020 de 27/11/2020) e reconhecidas e aprovadas pelo BID (CBR-2272 de 30/11/2020) como despesas elegíveis e foram incluídas no PA 3 aprovado (CBR-2312 de 07/12/2020) e justificadas no Desembolso 2 em 08/12/2020.

8. Aquisição de Bens e Serviços

As aquisições de bens e serviços no âmbito do Projeto foram efetuadas de acordo com as Políticas de Aquisição de Obras e Bens Financiados pelo BID (GN-2349-15), as Políticas para a Seleção e Contratação de Consultores Financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (GN-2350-15) e as disposições da Lei 8.666/93 e suas alterações.

Os bens adquiridos foram devidamente inventariados, conforme Anexo Único desta Nota Explicativa; e os serviços contratados foram efetivamente prestados.

No exercício 2020, foram realizadas aquisições e contratações nas seguintes modalidades:

Item PA	Prod.	OBJETO	Método	Tipo de aquisição
6.3	1.3	Remodelagem de ambiente EAD	Comparação de Qualificações (3CV's)	Consultoria Individual
4.1	1.5	Consultoria Especializada de pesquisa e aconselhamento imparcial em tecnologia da informação	Contratação Direta (CD)	Consultoria de firmas
4.5	GP	Consultoria Firma - Empresa de arquitetura para remodelagem de ambientes físicos	Seleção Baseada na Qualificação do Consultor (SQC)	Consultoria de firmas
5.6	GP	Passagens aéreas	Sistema Nacional (SN)	Capacitação
2.9	1.5	Aquisição de sistema de armazenagem de dados (Storges)	Sistema Nacional (SN)	Bens
3.11	1.3; 1.5	Serviço de outsourcing de plataforma hiper convergente, sistema de armazenamento de dados all-flash e solução de cópias de segurança para ambiente mainframe (Lote 001); Suporte, manutenção, evolução e desenvolvimento de novas funcionalidades na solução de Gestão de Recursos Humanos (Lote 003)	Sistema Nacional (SN)	Serviços de não consultoria
5.7	1.3	Compra de vaga - MBA em Gestão: Projetos (01 vaga)	Sistema Nacional (SN)	Capacitação
5.7	1.3	Compra de vaga - Pós-Graduação em Controle Externo da Administração Pública (12 vagas)	Sistema Nacional (SN)	Capacitação
5.7	1.3	Compra de vaga - Pós graduação em Mediação, Conciliação e Arbitragem (11 vagas)	Sistema Nacional (SN)	Capacitação
5.7	1.3	Compra de vaga - Aquisição de 30 (trinta) vagas em evento de capacitação: APG Virtual - Programa de Gestão Avançada da Amana-Key, foco em Gestão Pública, para atender a demanda dos servidores, líderes e gestores fazendários e dos órgãos envolvidos no PROFISCO-II	Sistema Nacional (SN)	Capacitação
5.7	1.3	Compra de vaga - (05 vagas) Previdência dos servidores públicos - Aposentadoria e Pensões. Reforma da previdência (EC 103/2019) e RPPS	Sistema Nacional (SN)	Capacitação



5.7	1.3	Compra de vaga - (10 vagas) Aquisição de vagas em Curso Online Ao Vivo de Capacitação e Atualização de Pregoeiros com Enfoque no Decreto Federal 10.024/19 (Incluindo as Inovações da Lei 13.979/20 e o "Pregão Express")	Sistema Nacional (SN)	Capacitação
5.7	1.3	Compra de Vaga - Aquisição de 10 (dez) vagas em evento de capacitação - Curso Online e Ao Vivo de Planejamento de Compras Públicas.	Sistema Nacional (SN)	Capacitação
5.7	1.3	Compra de vaga - Aquisição de 10 (dez) vagas em evento aberto de capacitação, na modalidade de Ensino a Distância (EAD) - Desenvolvimento em Consultoria Interna de RH – Tornando sua ação estratégica como business partner, para atender a demanda dos servidores da área de Recursos Humanos da SEFAZ/MS	Sistema Nacional (SN)	Capacitação

9. Categorias de Investimentos

Os montantes investidos e apresentados no Demonstrativo de Investimentos Acumulados em 31 de dezembro de 2020, são:

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS ACUMULADOS

(Expresso em US\$ dólares)

CATEGORIA DE INVESTIMENTO		ACUMULADO DO EXERCÍCIO 2020		
		TOTAL PROJETO	BID	LOCAL
I Custos Diretos		3.178.175,55	2.164.757,52	1.013.418,03
1	Gestão Fazendária e Transparência Fiscal	3.178.175,55	2.164.757,52	1.013.418,03
2	Administração Tributária e Contencioso Fiscal		-	-
3	Administração Financeira e Gasto Público		-	-
II Gestão do Projeto		-	-	-
4	Gestão do Projeto			
III Imprevistos		-	-	-
5	Imprevistos			
TOTAL		3.178.175,55	2.164.757,52	1.013.418,03

10. Desembolsos Efetuados

O valor desembolsado pelo Banco, no montante de **US\$ 3.591.090,68**, registrado no campo "Recursos Recebidos" da Demonstração de Fluxos de Caixa, concilia com o valor registrado no sistema OPS do BID, em 31/12/2020 e foram apresentados conforme segue:

Assinatura

Desembolso do Tipo Adiantamento de Recursos	Data	Taxa de Câmbio	Valor US\$	Valor R\$
Desembolso 001	11/03/2020	5,0705	2.576.687,00	13.065.091,43
Desembolso 003	10/12/2020	5,0925	1.014.403,68	5.165.850,74
TOTAL US\$			3.591.090,68	18.230.942,17

Desembolso do Tipo Justificativa de Gastos (Prestação de Contas)	Data	Taxa de Câmbio	Valor US\$	Valor R\$
Desembolso 002	08/12/2020	5,0705	2.121.342,67	10.756.268,01
TOTAL US\$			2.121.342,67	10.756.268,01

Com relação ao exercício de 2019, ressalta-se que no período de 16 de setembro de 2019 a 31 de dezembro de 2019, não houve Solicitações de Desembolsos.

11. Conciliação entre a Demonstração de Fluxos de Caixa e a Demonstração de Investimentos Acumulados

DESCRIÇÃO	Em US\$		
	BID	LOCAL	TOTAL
Demonstração de Fluxos de Caixa (Desembolsos Efetuados/Gastos)	2.164.757,52	1.013.418,03	3.178.175,55
Demonstrativo de Investimentos	2.164.757,52	1.013.418,03	3.178.175,55
DIFERENÇA*	-	-	-

12. Conciliação dos Registros do Projeto com os Registros do BID, por Categorias de Investimentos

CATEGORIAS DE INVESTIMENTOS	Em US\$		
	DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	OPS-1 DISBURSED AMOUNT	*DIFERENÇA
A - Custos Diretos	2.164.757,52	2.121.342,67	43.414,85
Componente I. Gestão Fazendária e Transparência Fiscal	2.164.757,52	2.121.342,67	43.414,85
Componente II. Administração Tributária e Contencioso Fiscal	0,00	0,00	0,00
Componente III. Administração Financeira e Gasto Público	0,00	0,00	0,00



B – Gestão do Projeto	0,00	0,00	0,00
1. Monitoramento	0,00	0,00	0,00
2. Avaliação	0,00	0,00	0,00

C – Imprevistos

TOTAL	2.164.757,52	2.121.342,67	43.414,85
--------------	---------------------	---------------------	------------------

* A diferença de **US\$ 43.414,85** refere-se a despesas pagas e não apresentadas ao BID, conforme apresentado no **Item 4** acima, referente ao período de 08/12/2020 a 31/12/2020.

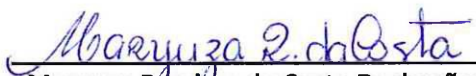
13. Contingências

Não há registros de demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos, quer contra a administração do PROFISCO II-MS, até a data base de 31/12/2020, e até a data da elaboração/aprovação das demonstrações financeiras.

14. Eventos Subsequentes

Não houve eventos ocorridos entre a data do encerramento do exercício e a data da elaboração das demonstrações financeiras que possam afetar a situação financeira do PROFISCO II-MS.

Campo Grande/MS, 02 de fevereiro de 2020.


Maryuza Ramírez da Costa Dorbação Sá
Coordenadora Administrativa-Financeira


Tadeu de Souza Lourenço Ferreira
Coordenador Geral



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Comissão de Auditoria Independente

TERMO DE ENCERRAMENTO

Este Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras Básicas do Projeto, referente ao Contrato de Empréstimo n. 4597/OC-BR (BR-L1511) – PROFISCO II - MS, período auditado de 01/07/2019 a 31/12/2020, contém 25 (vinte e cinco) páginas incluindo o Anexo Único e este Termo de Encerramento, e foi assinado digitalmente pela Comissão de Auditoria Independente, em conformidade ao padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil.

Campo Grande/MS, 20 de abril de 2021.

SANDELMO ALBUQUERQUE

Auditor Estadual de Controle Externo
Coordenador da Comissão de Auditoria Independente
CAIN TCE/MS

HENRI PHILIPPE ROCHA FORTI

Auditor Estadual de Controle Externo
Membro da Comissão de Auditoria Independente
CAIN TCE/MS

LUISA MEINBERG CHEADE

Auditora Estadual de Controle Externo
Membro da Comissão de Auditoria Independente
CAIN TCE/MS

JOSÉ RICARDO PANIAGUA JUSTINO

Auditor Estadual de Controle Externo
Membro da Comissão de Auditoria Independente
CAIN TCE/MS